

Data: 20 e 21/05/2026 Início: 9h às 12h Ferramenta: Zoom Meeting	Participantes – 20/5/26 - Alex Fabiane – Coord Operacional - Antônio Carlos – Coord Executivo - Washington Nunes – Coord Oper Adjunto - Alessandra Dias - Ana Karolina - Conceição Rezende - Felipe Bittencourt - Flávio Rocha - Giuliano Passos - Janilson Suzart - Luciana Teixeira - Luis Esteves - Manuel Filho - Milene Barbosa - Patrícia Varela - Renato Usier - Ricardo Azevedo - Ricardo Borges - Valmir Leôncio - Wellington Cruz - VP João Garcia - Guilherme Ribeiro - Cintia Pimentel	Participantes – 21/5/26 - Alex Fabiane – Coord Operacional - Antônio Carlos – Coord Executivo - Washington Nunes – Coord Oper Adjunto - Alessandra Dias - Ana Karolina - Conceição Rezende - Felipe Bittencourt - Flávio Rocha - Giuliano Passos - Janilson Suzart - José Luiz Barreto - Luciana Teixeira - Luis Esteves - Manuel Filho - Milene Barbosa - Ricardo Azevedo - Ricardo Borges - Valmir Leôncio - Wellington Cruz - Guilherme Ribeiro - Cintia Pimentel	Ausentes – 20/5/26 José Luiz Barreto
			Ausentes – 21/5/26 - Renato Usier - Patrícia Varela

83ª REUNIÃO DO COMITÊ PERMANENTE PARA A CONTABILIDADE

APLICADA AO SETOR PÚBLICO – CP CASP

RELATÓRIO DE REUNIÃO

ASSUNTOS EM PAUTA

1. Abertura, apresentação da pauta, aprovação da ata anterior

2. PONTO DE CONTROLE – Status Atual - Revisão das IPSAS**3. Exposure Draft (ED) 94, Linkages Between IPSAS Standards and the Government Finance Statistics Manual 2014 (Amendments to IPSAS 22)****4. Exposure Draft (ED) 95, Improvements to IPSAS Accounting Standards – Volume 10****5. Exposure Draft (ED) 96, Definition of an Operation and Recognition of Acquired Liabilities and Contingent Liabilities (Amendments to IPSAS 40)****6. Exposure Draft (ED) 97, IPSAS Practice Statement, Making Materiality Judgments****7. Assuntos Gerais****DECISÕES TOMADAS****1. Abertura, apresentação da pauta, aprovação da ata anterior**

O Sr. Alex Fabiane iniciou a reunião do comitê com a apresentação dos itens da pauta para os dois dias e a apreciação da ata anterior, que foi aprovada por unanimidade.

2. PONTO DE CONTROLE – Status Atual - Revisão das IPSAS

Os senhores Luiz Esteves e Luciana Teixeira apresentaram o processo de revisão da NBC TSP 39 – Receita (IPSAS 47), onde discutiram pontos específicos.

O Sr. Alex Fabiane apresentou uma visão geral da Norma de Divulgação Relacionada ao Clima do IPSASB, explicando que tem como objetivo permitir a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades climáticas, ampliar a transparência e permitir tomadas de decisão mais adequadas. A norma foca em operações próprias de governos e entidades públicas, abordando como as mudanças climáticas afetam as finanças públicas e a sustentabilidade fiscal de longo prazo. A estrutura da norma está baseada em quatro pilares principais (risco, oportunidade e desempenho climático) e está alinhada com as normas IFRS S1 e S2, com adaptações para o setor público. A norma será obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2028 e que exigirá evolução institucional e capacidade técnica para sua implementação.

O Sr. Felipe Bittencourt apresentou a NBC TSP 43 - Recursos Naturais Tangíveis Mantidos para Conservação (IPSAS 51), explicando que a norma define critérios para reportar informações sobre recursos naturais mantidos para conservação em entidades públicas. A discussão focou nos aspectos técnicos da norma, incluindo critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos naturais tangíveis mantidos para conservação.

Os Srs. Ricardo Borges e Valmir Leôncio apresentaram a NBC TSP 42 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais (IPSAS 50).

Os membros discutiram a convergência da NBC TSP 42 para o setor público brasileiro. O Sr. Valmir Leôncio questionou a necessidade de prosseguir com o levantamento das empresas estatais dependentes, considerando que a administração pública não realiza diretamente atividades de exploração mineral. Em contraponto, o Sr. Flávio Rocha manifestou-se favoravelmente à convergência da norma, ressaltando que sua existência independe do momento de aplicação, uma vez que os recursos minerais constituem patrimônio do setor público.

Após as discussões, os membros concordaram que, ainda que inicialmente apenas empresas estatais dependentes venham a ser impactadas, a norma deve ser desenvolvida e submetida à consulta pública.

Também foi deliberada a realização de uma pesquisa para identificar entidades com direitos de exploração de recursos minerais no âmbito estadual. Para tanto, os Srs. Ricardo Borges e Valmir Leôncio propuseram a elaboração de um formulário para coleta de informações junto ao GT Contabilidade do G5.

Por fim, os membros discutiram a possibilidade de publicação das normas ainda neste ano, o que permitiria sua entrada em vigor em 2027, em vez de 2028, condicionada aos resultados do mapeamento das entidades potencialmente afetadas.

O Sr. Janilson Suzart alertou sobre propostas de reformulação normativa que poderiam simplificar demais a estrutura das normas, expressando preocupações sobre a possibilidade de eliminar as distinções entre normas, comunicados técnicos e orientações. Foi solicitado pelo grupo o pedido para conhecer antecipadamente as propostas de reformulação normativa e solicitar à vice-presidência técnica que apresente as propostas para avaliação e contribuição do grupo.

3. Assuntos Gerais

O Sr. João Carlos informou sobre o projeto de simplificação da codificação das Normas Brasileiras de Contabilidade, atualmente em desenvolvimento pela área técnica do Conselho Federal de Contabilidade. A proposta consiste na unificação de todas as normas sob a sigla “NBC”, com o objetivo de facilitar sua utilização pelos contadores brasileiros, considerando, ainda, os possíveis impactos nos comunicados técnicos e nas interpretações.

Na sequência, o Sr. Antônio Carlos destacou a importância de definir uma segunda etapa para o processo de simplificação, bem como a necessidade de alinhamento com o comunicado técnico referente às normas de acompanhamento.

O Sr. Alex Fabiane informou sobre a realização 40ª CTCONF, realizada nos dias 12 e 13 de maio de 2026.

O Sr. Washington Nunes levantou preocupações sobre a falta de indicações das alterações nas normas (R1) publicadas, sugerindo que elas deveriam seguir o modelo do CPC com marcações claras das modificações.

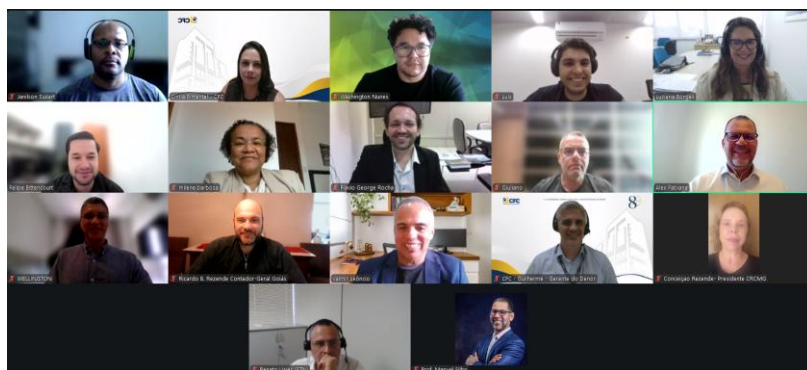
O Sr. Alex Fabiane e demais membros concordaram que seria benéfico adotar um padrão similar, onde as alterações sejam claramente identificadas e documentadas. O Conselho Federal de Contabilidade explicou que a equipe está avaliando esses processos e fará os ajustes necessários nas normas para incluir as marcações apropriadas.

Ficou definido pelos membros alterar a agenda da reunião ordinária do início do mês (1º e 2 de junho) para 16 e 17 de junho.

Os EDs 94, 95, 96 e 97 serão discutidos na próxima reunião, que será realizada nos dias 16 e 17 de junho.

O Sr. Alex Fabiane solicitou para que a vice-presidência técnica apresente a proposta de reformulação normativa para o grupo, destacando preocupações sobre aplicabilidade e nomenclatura.

20/05/2026



21/05/2026

